CBH - Jequitaí e Pacuí

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 (DEZESSEIS) DE JULHO DE 2025 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS JEQUITAÍ, PACUÍ E TRECHOS DO SÃO FRANCISCO – CBHSF6. (Minuta)

No dia 16 (dezesseis) do mês de julho de 2025 às 09:00hs, reuniram-se por videoconferência em assembleia ordinária os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaí, Pacuí e trecho do São Francisco, através da plataforma teams pelo link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTc4NzE3MzctZjM3Ny00OTU2LWFkZTctOTcxMzNlNDZjNDI1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22924f9847-242e-4a9a-8913-9e43649b9eaa%22%2c%22Oid%22%3a%22a41a2c73-d577-477b-9bb6-c98633c06559%22%7d Participaram da reunião os seguintes conselheiros entre titulares e suplentes: William César Ireno- PCMG; Maysa da Costa Silva- IDENE; Cláudia Beatriz Oliveira A.Versiani- SEMAD; Adailson de Oliveira Santos- SES; Romeu Pereira dos Santos- PREF.MUNICIPAL DE BURITIZEIRO; Ana Paula Paz Vieira e Marney Aparecida Oliveira Paulino- PREF. MUNICIPAL DE BOCAIUVA; Adão Augusto S.Lima- PREF. MUNICIPAL DE CLAROS DOS POCÕES; Alessandra Karine P. Amorim, Maíra Cristina O.Lima- PREF. MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO; Amanda Souza Gomes- CODANORTE; Rômulo de Souza Lima, Cynthia Hassan Hachem- COPASA; Laila Tupinambá Mota- FIEMG; Silvano Ferreira- CODEVASF; José Jhones Matuda- FAEMG; Edvaldo Campos Matos- RIMA S/A; Lucélio de Melo Marinho- SAAE BURITIZEIRO; Luiz Alberto Dolabela Falcão- CRBIO-04; Flávio Pimenta Figueiredo-MOV. ECOL.S. FCO DE ASSIS; José Valter Alves- AGRO NM-Assoc. Eng. Agronômos do Norte de Minas; Dayse Maria Aparecida da Fonseca- Associação Apicultores de Engenheiro Navarro - APINAV. **Item I – Abertura e verificação de quórum da reunião:** O Presidente do CBH SF6 iniciou a sessão com o acolhimento a todos os presentes e agradecendo o empenho. Na sequência solicitou a secretária executiva do CBH para realizar a conferência dos conselheiros presentes para ratificação de quórum. Foram confirmada as presenças de 22 conselheiros entre titulares e suplentes, sendo 18 votantes. A reunião também contou com as presenças de 11 convidados: Henrique Kotzian (ECOPLAN); Túlio Bahia Alves (SISEMA); João Paulo Paulino (APV- Agência Peixe Vivo); Ane Jaworowski (ECOPLAN); Maria de Lourdes Nascimento- IGAM; Pedro Brito- APV; Jaqueline Evangelista Fonseca- APV; Vinicius Melgarejo Silveira- SEMA RS; Fabiana Monteiro de Moura- IGAM; Robson Rodrigues Santos- IGAM; Allan de Oliveira Mota- IGAM. Após a constatação de quórum suficiente, o presidente do CBH deu prosseguimento aos trabalhos da sessão. **Item II - Apresentação, leitura, e aprovação da Ata da reunião de 20/05/2025;** O presidente José Valter esclareceu aos presentes que a minuta da Ata foi enviada a todos os conselheiros via email juntamente com a convocação, e demais documentos correlatos para conhecimento, e apreciação de todos; em seguida foi realizada a apresentação da minuta da ata na reunião, o presidente colocou-a em votação perguntando aos conselheiros se todos estavam de acordo com o conteúdo relatado na minuta, ou que se manifestassem os que estivessem em desacordo, como todos permaneceram em silêncio, sem qualquer manifestação a ATA foi aprovada por unanimidade. **Item III – Informações e atualizações do Grupo de Trabalho das Nascentes - Professor Flávio Pimenta;** O presidente José Valter solicitou ao conselheiro Flávio Pimenta que realizasse uma breve explanação sobre o trabalho desenvolvido pelo CBH Jequitaí, Pacuí em parceria com a UFMG, CREA, IGAM, IEF, e a empresa ECOVIAS NORTE DE MINAS, responsável pela

BR 135 nos trechos de Bocaiuva à Montes Claros, sobre o impacto das obras sobre as nascentes dos rios da região, passou a palavra ao conselheiro Flávio Pimenta que iniciou a sua fala pontuando sobre o grande avanço alcançado pela criação do GRUPO DE TRABALHO DAS NASCENTES pelo CBH Jequitaí, Pacuí, também sobre convalidação da degradação e dos impactos ambientais ocasionados pelas obras de duplicação da BR 135, principalmente nas áreas próximas as comunidades ribeirinhas e comunidades ás margens da rodovia, interferindo nos cursos das nascentes, causando assoreamento dos rios, impactando também na economia, na área social da população. Foram organizados reuniões com as comunidades, realizados visitas nas nascentes corroborando com as denuncias de danos ambientais. Durante as reuniões a empresa ECOVIAS NORTE DE MINAS se prontificou a sanar os danos ambientais causados pelas obras. Informou que houve um consenso para a formação de uma equipe através da união e participação dos técnicos, e engenheiros ambientais da UFMG, CREA, IEF, IGAM para elaboração de um projeto para revitalização das nascentes entre Montes Claros e Bocaiuva. Foram inicialmente plotadas 22 nascentes dentro deste conceito de revitalização, com intervenções através da implantação de barraginhas de contenção de águas das chuvas, terreaços, desassoreamento com o objetivo de reverter este processo de degradação detectado. O projeto desta área já demarcada de aproximadamente 50 km será elaborado e entregue pelo CBH Jequitaí, Pacuí posteriormente a empresa ECOVIAS NORTE DE MINAS para que através da parceira com a empresa as ações de intervenção, e restauração dos danos efetivamente aconteçam seguindo o projeto plotado, com as coordenadas georreferenciadas resultando em maiores possibilidades de êxito mesmo em áreas das nascentes degradadas pelas ações de mineração. O presidente José Valter aproveitou para lembrar que outras parcerias tais como MPMG estão sendo buscadas, além das já firmadas com EMATER de Bocaiuva, Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Bocaiuva. O conselheiro Lucélio Marinho do SAAE Buritizeiro, aproveitou para indagar ao Professor Flávio Pimenta sobre quem seria a instituição detentora do projeto, quais as fontes de recursos para financiamento das obras, e a forma como estes recursos seriam captados uma vez que o CBH's não possuem CNPJ. O professor Flávio Pimenta informou que o detentor do projeto é o CBH Jequitaí, Pacuí-CBH SF6 em parceria com a UFMG via FUNDEP, ou outra unidade gestora como ADENOR, FUNDETEC, que ficariam responsáveis pela gestão dos recursos e prestação de contas. **Item IV- Discussão e deliberação da alternativa de enquadramento para elaboração do Programa de Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'águas – CBH SF6- João Paulo Paulino (APV);** O presidente do CBHSF6 José Valter previamente fez uma contextualização sobre as etapas já realizadas do processo de enquadramento dos corpos d'águas que compõem a bacia hidrográfica do CBH SF6, à posteriori cedeu a palavra ao representante da agência de bacia Peixe Vivo, João Paulo Paulino, que iniciou a sua fala complementando a contextualização inicial do assunto em foco ressaltando que a proposta de enquadramento dos corpos d'água do CBH SF6 iniciou no final de 2023, cuja empresa contrata para elaboração da proposta de enquadramento foi a ECOPLAN, informou que a empresa ECOPLAN já entregou todos os produtos contratados findando agora com o relatório final, mas que devido a um aditivo do contrato no qual foi incluído duas alternativas de enquadramento

sendo elas: **ALTERNATIVA PREDONIMANTE** e **CENÁRIO ALTERNATIVO**, assim a proposta a ser referendada na reunião de hoje é a deliberação da culminância das alternativas apresentadas pela ECOPLAN para que a minuta da deliberação NORMATIVA seja finalizada e enviada ao CERH para que o enquadramento seja vigente. Henrique Kotzian (ECOPLAN) iniciou a sua explanação a cerca das etapas e prosseguimento da proposta do processo de enquadramento dos corpos d'águas ratificando que a elaboração da proposta foi realizada dentro dos padrões exigidos pelo CERH e pautados em resultados consistentes, cujas etapas perpassaram pela elaboração do PLANO DE TRABALHO, DIAGNÓSTICO, PROGNÓSTICO, PROPOSTA CONCEITUAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, PROPOSIÇÃO DE METAS DE QUALIDADE RELATIVAS AS ALTERNATIVAS DE ENQUADRAMENTO, PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO, informou que para cada trecho analisado foi atribuída uma **classe de uso** que representa um padrão de qualidade associado em decorrência dos usos possibilitados, isto significa que quanto mais alta a classe, maior a qualidade da água, e com uma maior qualidade da água implica em uma gama maior de usos. As classe se subdividem desde a **classe especial** (geralmente encontradas em áreas de conservação e proteção integral, onde são preservadas as condições originais), na sequência segue as das classes 1 a classe 4, sendo a **classe 1** uma água de excelente qualidade, a **classe 2** enquadra-se como de muito boa qualidade, a **classe 3** já apresenta uma série de restrições de uso, e a **classe 4** com bastante restrições de usos sendo classificada como uma água de padrão de baixa qualidade. Foi apresentado um mapa com a geolocalização de toda a bacia com a **proposta de enquadramento** num **cenário predominante** com legendas referenciando a qualidade da água em cada trecho da bacia do SF6, notadamente dentro deste cenário a maior predominância são trechos dentro das classes 1 e 2, um pequeno trecho dentro da classe 3, e nenhum trecho enquadrado na classe 4, e alguns trechos enquadrados dentro da **classe especial**. Foi demonstrada que a diferença entre o **CENÁRIO PREDOMINANTE** e o **CENÁRIO ALTERNATIVO**, é que no **ALTERNATIVO** foram incluídos duas áreas na **classe 3** sendo essas na região do GUAVINIPAN e o trecho próximo à CORAÇÃO DE JESUS. Analisando as premissas do CENÁRIO ALTERNATIVO (GAT), foram consideradas que sempre que o trecho estiver inserido em uma Unidade de Conservação, e Proteção Integral, por força de lei será classificado como CLASSE ESPECIAL. Nos trechos fora dessas áreas, mas com manifestação por CLASSE ESPECIAL, será classificada como **CLASSE 1**. Nos trechos localizados em áreas privadas de atividades produtivas já consolidada será classificada como CLASSE 2, e em situações de extrema complexidade para atendimento de classe 2 foi adotada a classificação de classe 3. Finalizando a apresentação do produto, a ECOPLAN concluiu que o **CENÁRIO ALTERNATIVO** traz uma perspectiva mais factível na busca por um futuro possível considerando o padrão de excelência na qualidade da água na bacia, desde que haja uma união de esforços, ações voltadas para recuperação de algumas áreas degradadas, e a gestão consciente e sustentável dos recursos hídricos, mostrando para grande maioria da sociedade que a gestão de recursos hídricos traz resultados. O professor Flávio Pimenta pediu a palavra, e informou que está participando de um projeto de pesquisa via universidade, parcerias da UFMG, e a COPASA de análise de águas

dos afluentes dos rios Jequitaí, Pacuí. Os resultados das análises da primeira etapa do projeto já foram concluídas e foram constatados que as águas dessas nascentes principalmente do rio Inhaúma nas proximidades do município de Coração de Jesus estão contaminadas. Nas amostras coletadas foram detectadas a presença de uma grande quantidade de insumos agrícolas tornando-as impropria para o consumo. O rio Inhaúma é objeto de conflito extremo pelo uso das águas, onde está sendo cogitado a estratégia de outorga coletiva na região. Concluiu o prof. Flávio que as avaliações da qualidade das águas os afluentes dos rios Jequitaí e Pacuí não podem se ater apenas na hidrografia da bacia, correndo o risco de certificar a qualidade de uma água erroneamente. Túlio Bahia (IGAM) pediu o momento de fala, informou que acompanha o processo de enquadramento da bacia via GAT (Grupo de Apoio Técnico) a partir da assinatura do contrato em 2023, citou que no Plano Diretor do CBH SF6 foi elaborado em 2010, e inicialmente abrangia 58 trechos, posteriormente foram acrescidos mais 3 corpos d'água, incluindo inclusive o riacho do Ângico em Icaraí de Minas, totalizando ao final cerca de 70 trechos dentro da bacia. O Túlio questionou ao professor Flávio Pimenta quais foram os parâmetros utilizados nas análises, o professor Flávio informou que foram vários dentre análises físico-químicas. Túlio Bandeira sugeriu que os resultados destas análises fossem incluídas como indicativos em um relatório final, para que sirva de instrumento de restrição de uso das águas de determinadas áreas pelos órgãos gestores dos recursos hídricos através de resoluções das adversidades detectadas. A conselheira Cláudia Beatriz (SEMAD) solicitou o momento de fala salientando que a região de Coração de Jesus não é uma área industrializada, logo não haveria o perigo por contaminação por metais pesados, podendo no entanto haver contaminação geológica especificamente do solo. Reforçou que ainda não foram relatados casos de metais de rocha como: minério de ferro, arsênio, entre outros elementos. Informou que a maior probabilidade é que a água esteja contaminada por matéria orgânica proveniente de esgoto sanitário, DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), e coliformes termotolerantes, sendo este o mesmo dilema de Brasília de Minas. A contaminação por matéria orgânica torna a água totalmente imprópria para o consumo. Alguns levantamentos, e estudos da ANA (AGÊNCIA NACIONAL de ÁGUAS e SANEAMENTO BÁSICO) sobre as águas superficiais e subterrâneas, e suas intercorrelações estão na fase inicial, sem muitos dados para conclusão. Estudos pilotos sobre contaminação estão sendo realizados no rio Verde Grande devido a grande explotação das águas, uma das principais causas é o fato de receber águas do rio VIEIRAS que passa em MONTES CLAROS, município com um grande parque industrial, composto por indústrias que possuem Estação de tratamento de Efluentes, mas nem todas as industrias realizam o refinamento no processo de tratamento com a retirada dos metais pesados. Mesmo realizando o tratamento dos efluentes, estes metais são descartados nas redes pluviais, e o sistema de tratamento da COPASA não consegue retira-los totalmente. Análises químicas mais refinadas nas águas do rio Verde Grande detectaram a presença destes metais pesados. Reafirmou que em Brasília de Minas e Coração de Jesus provavelmente as contaminações sejam apenas por matéria orgânica por deficiência no sistema de tratamento dos efluentes. Também comentou que as análises de contaminação por defensivos agrícolas são de difíceis detecção devido as suas condições organolépticas, pouco tempo de ação para

percepção, alguns pela biodegradação, outros por sofrerem alterações físico-química com as mudanças de temperatura alterando sua estrutura. A conselheira Cláudia Beatriz (SEMAD) oportunamente expôs a sua opinião quanto ao enquadramento do trecho da Serra do Cabral durante a apresentação da ECOPLAN que segundo ela seria de classe 2, e não classe 1 conforme apresentado pela ECOPLAN. O conselheiro Edvaldo Campos Matos (RIMA S/A), solicitou a plenária que o enquadramento da Serra do Cabral fosse revisto para que a dúvida seja sanada. A palavra foi passada para Túlio Bahia (IGAM) que reafirmou a sua opinião em acompanhar os estudos técnicos da ECOPLAN no enquadramento da Serra do Cabral como classe 1 considerando as manifestações, formulários das oficinas, e a audiência pública que aconteceram em 2024. O João Paulo Paulino (APV) informou que a proposta de enquadramento apresentada pela ECOPLAN **classe 1 para a Serra do Cabral** trata-se de um planejamento futuro, com prazo de consecução de até 20 anos a médio e longo prazo, objetivando ações, programas e projetos como saneamento rural etc, para alcance da meta, sugeriu até uma meta intermediária de 10 anos para atingir a classe 2, e a partir deste parâmetro atingir a meta final de classe 1. Allan de Oliveira Mota (IGAM) pediu a palavra para complementar as explicações do João Paulo (APV), comunicou que o enquadramento é realizado com base nos usos atuais e os que ainda possam vir existir dependendo da definição da população local, solicitou a ECOPLAN a apresentação em tela da Serra do Cabral para que todos pudessem visualizar a área em questão, e verificar o que está sendo proposto de forma mais clara. A conselheira Cláudia Beatriz (SEMAD), solicitou a fala, e advertiu que este enquadramento futuramente irá para o Sistema de Licenciamento Ambiental e que nos trechos de Jequitaí, Francisco Dumont tem muitos empreendimentos, também nos trechos próximos como trechos 6, 19(córrego Santo Antônio), 20(córrego riachão), 21(córrego fundo), 22(rio Espírito Santo). O enquadramento classe 1 não impediria empreendimentos como irrigação agrícolas, mas seria necessária uma vazão maior para diluir melhor materiais lançados na bacia para que se tenha uma água mais autodepurável, assim sendo há uma maior restrição de uso com a finalidade econômica local, reafirmou que na região tem poucas fontes de contaminação uma vez que a maioria dos empreendimentos são licenciados, e todos possuem sistema de tratamento de efluentes sanitários, e como representante da SEMAD sua análise é a nível ambiental, e recursos hídricos, apesar de ter que se apoiar no tripé da sustentabilidade: Ambiental, Social, e Econômico, para garantir as futuras gerações tenham um ambiente com qualidade. O João Paulo (APV) solicitou ao presidente do CBH que realizasse uma votação pela plenária para que seja referendada pela alternativa GAT com a adequação nos trechos citados (Serra do Cabral) na proposta do enquadramento ou permanencia alternativa inicialmente apresentada. A conselheira Maira Cristina(Município de Joaquim Felício), solicitou a palavra em face das observações quanto a proposta de enquadramento classe 1 para Serra do Cabral provocada pela conselheira Cláudia Beatriz, por ser um município afetado diretamente pela tomada de decisão; por ser uma área de sensibilidade ambiental com unidades de conservação dentro da Serra do Cabral, e APAS municipais que englobam a região de Francisco Dumont. Pontuou a preocupação quanto a vazão e disponibilidade hídrica para as atividades econômicas acrescentada com a chegada de grandes empreendimentos na região, e propôs uma

classificação que assegurasse melhor a preservação dos recursos hídricos, sem engessar as atividades econômicas, mas provocando nos empreendimentos a adoção de medidas conscientes para os usos das águas. O Túlio Bahia propôs colocar uma classe intermediária 2 em 10 anos e uma classe final 1 em 20 anos, como forma de resolução da proposta consolidada pelo GAT(Grupo de Apoio Técnico). Allan de Oliveira Mota (IGAM) sugeriu a realização de votação nominal dos trechos objetos da discussão, e assentiu com o Túlio as propostas de enquadramento com metas intermediárias de classe 2 em 10 anos e classe 1 em 20 anos, uma vez que propostas de enquadramentos nunca podem concordar com a piora na qualidade da água. Ane Jaworowski (ECOPLAN) apresentou as telas com as classes dos trechos, e os critérios para classificação de cada trecho para dar embasamento para abrir a votação pela plenária. O presidente José Valter expôs as duas opções para votação nominal sendo elas: 1.ª opção A- Manter **classe 1** proposta pelo GAT, 2.ª opção B – **Classe 2** intermediária em 10 anos, e **classe final 1** em 20 anos. O conselheiro Adão Augusto Soares (Município Claros dos Poções), pediu a palavra e salientou que apesar de ser um debate de difícil solução, deverá ser considerado o impacto social, evitando imediatismo na tomada de decisão. O conselheiro Rômulo de Souza Lima(COPASA), aproveitou o momento para lembrar a todos a importância do comitê alinhar o propósito de preservação, garantindo e assegurando em plena conformidade o alcance de **classe 1** para todos os nossos cursos dágua com as estratégias de políticas públicas de saneamento já projetadas sobre o marco legal e regulatório que prevê a universalização do saneamento garatindo, que até 2033 99% da população brasileira tenha acesso a água potável, e 90% tenha tratamento e coleta de esgoto, convergindo com o planejamento estabelecido com os empreendedores pelo uso sustentável, econômico e social; ainda ressaltou com muitos municípios ainda não possuem infraestrutura estabelecida. Após a apresentação das duas opções de propostas **(A ou B)** o presidente do CBH SF6 iniciou a votação nominal. A proposta A obteve 1 voto (Flávio Pimenta Figueiredo), a proposta B obteve 13 votos (William César Ireno, Maysa da Costa Silva, Cláudia Beatriz O.A Versiani, Adailson de Oliveira Santos, Adão Augusto S. Lima, Alessandra Karine P. de Amorim, Rômulo de Souza Lima, Laila Tupinambá Mota, José Jhones Matuda, Edvaldo Campos Matos, José Valter Alves, Ana Paula Paz Vieira, Dayse Maria Ap. Fonseca), dois conselheiros abstiveram-se (Lucélio de Melo Marinho, e Romeu P. dos Santos). Na sequência o presidente do CBH SF6 declarou a vitória da proposta **B**. O professor Flávio Pimenta justificou o seu voto pela proposta **A** - **classe1** embasando a sua defesa na manutenção do controle sobre a preservação e sustentabilidade e um padrão de limite exequível na atualidade, devido a presença de poucos empreendimentos nas regiões da Serra do Cabral, e municípios circunvizinhos. Vislumbrou num cenário para os próximos 10 anos a possibilidade do crescimento desordenado destes empreendimentos incorrendo na queda da qualidade da água. Com as devidas considerações dos trechos 19, 20, 21 no cenário GAT serão considerados a classificação **intermediária classe 2** nos próximos 10 anos, e **classe 1** como meta para os próximos 20 anos. O presidente José Valter colocou em votação a **deliberação da alternativa de enquadramento** para elaboração do programa de efetivação dos corpos dágua com as alterações citadas para plenária, e esta foi aprovada por unanimidade. **Item V – Informações e atualizações**

sobre o PROCESSO ELEITORAL COMPLEMENTAR PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA MANDATO 2023/2027- Fabiana Monteiro Moura–IGAM/GECBH ; A Fabiana Monteiro iniciou a pauta informando a finalidade do processo eleitoral complementar devido a vacância em alguns comitês pela ausência injustificadas dos conselheiros às plenárias, complementou que no CBH SF6 não há vacância, mas que o processo eleitoral também tem por objetivo a formação de cadastro de reservas para instituições, em caso de desistências das que já tem representatividade no comitê. Informou os prazos para inscrições, o site do portal dos comitês para acesso às informações como: Editais, regulamentos, e documentação necessária para as inscrições. **Item VI- Informações e atualizações sobre o PROCESSO ELEITORAL DA DIRETORIA mandato 2025/2027 - José Valter Alves;** A Fabiana Monteiro (IGAM) em atendimento a solicitação do presidente José Valter aproveitou o momento para fazer alguns esclarecimentos sobre o processo eleitoral da Diretoria dos CBH's que são realizados a cada dois anos, informou sobre a elaboração do edital, sobre a formação da comissão eleitoral, sobre a necessidade de que as eleições ocorram antes do término do mandato da gestão atual, sobre as chapas concorrentes, sobre a obrigatoriedade dos membros das chapas serem membros titulares do CBH, sobre as possibilidades de reeleições, sobre as alternâncias dos segmentos na diretoria, e cronograma do processo eleitoral. **Item VII- Informe gerais;** O conselheiro Edvaldo Campos Matos (RIMA S/A) questionou ao presidente José Valter sobre a situação da barragem da Caatinga, o José Valter informou que está acontecendo uma organização de ações, mobilizações, e chamamento público para que a população possa conhecer a situação da barragem da Caatinga. O conselheiro Edvaldo Campos sugeriu ao comitê buscar apoio político para realização de uma audiência pública, uma vez que o INCRA recorreu da setença judicial, e diante da comprovação de que a barragem oferece risco aos ribeirinhos a barragem será descomissionada sem qualquer intervenção pública. O conselheiro Adailson O. Santos (SES), solicitou uma visita a barragem, e a realização de reunião plenária presencial. O conselheiro José Jhones aproveitou o momento para convidar aos conselheiros para participar do 2.º Seminário Mineiro de Irrigação que será realizado com a intervenção da SEAPA e FAEMG em Montes Claros no dia 13/08/2025, no centro de convenções do Parque de Exposições João Alencar Athayde. **Item VIII – Encerramento;** Sem mais nenhuma manifestação dos presentes, o presidente do CBH SF6 José Valter Alves encerrou a plenária agradecendo a todos pela participação. A presente **ATA** após examinada e aprovada pelos partícipes, será assinada de acordo com os termos do Regimento Interno, encaminhada ao IGAM que dará publicidade às deliberações.

LUCÉLIO DE MELO MARINHO

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rio Jequitaí, Pacuí e Trechos do São Francisco – SF6

Ata da reunião referendada na plenária ordinária do dia 25/11/2025.

Documento assinado eletronicamente por **Lucélio de Melo Marinho**, **Presidente(a)**, em 27/11/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **128183885** e o código CRC **7B578466**.

Referência: Processo nº 2240.01.0006291/2024-95 SEI nº 128183885